

**ACORDO COLETIVO DE TRABALHO PARA PARTICIPAÇÃO NOS
RESULTADOS SOBRE PRODUTIVIDADE E QUALIDADE DOS
TRABALHOS REALIZADOS EM RADIODIFUSÃO**

EXERCÍCIOS 2018 e 2019


Por este instrumento, o **SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO E TELEVISÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO**, CNPJ nº 61.708.293/0001-50, com base no Estado de São Paulo, sede na Rua Conselheiro Ramalho, 992 Bairro Bela Vista, CEP 01325-000 nesta Capital, neste ato representado pelo seu Diretor Edson Amaral, portador do CPF nº 524.421.448-91 e José Marcos de Souza, portador do CPF nº 032.320.518-63 e as empresas

NEWCO PROGRAMADORA E PRODUTORA DE COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ 04.334.366/0001-58, com sede na Rua Carlos Cyrillo Junior, nº 92 – 4º andar – Sl. 02, Jd. Leonor, CEP 05614-000, Município de São Paulo/SP; **NEWCO PROGRAMADORA E PRODUTORA DE COMUNICAÇÃO LTDA**, CNPJ 04.334.366/0002-39, com sede na Avenida Dr. Yojiro Takaoka, nº 4384 – Lj. 17 – C.V. 1708, Alphaville, CEP 06541-038, Município de Santana do Parnaíba/SP; **NEWCO PROGRAMADORA E PRODUTORA DE COMUNICAÇÃO LTDA**, CNPJ 04.334.366/0003-10, com sede na Praça Dr. Oswaldo Cruz, nº 23 – Sl. 03, Centro, CEP 12140-000, Município de São Luiz do Paraitinga/SP; **ASTARTE PRODUTORA LTDA.**, CNPJ 26.674.863/0001-38, com sede na Avenida Rebouças, nº 1585, Cerqueira Cesar, CEP 05401-250, Município de São Paulo/SP

representadas pelo seu preposto abaixo assinado, **CELEBRAM** o presente **ACORDO COLETIVO PARA PAGAMENTO DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS 2018 e 2019**, tomando por base, tão somente, produtividade e qualidade do trabalho, que se regerá pelas cláusulas e condições:

CONSIDERANDO que as partes negociaram a celebração do presente Acordo Coletivo de Trabalho que estabelece as condições e critérios de recebimento do Programa de Participação nos Resultados - PPR para os empregados representados por essa categorial sindical.

CLAUSULA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS



As partes acima, com fundamento legal nas disposições estabelecidas no artigo 7º, inciso XI, da Constituição Federal e art. 13 da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2.000 e atualizações previstas na Lei nº 12.832, de 2013, celebram o presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO - ACT, tendo como objeto o pagamento da PPR.

CLAUSULA SEGUNDA: DO OBJETIVO E ABRANGÊNCIA DO ACORDO

Acordam as partes em conformidade com a legislação trabalhista (artigo 620 da CLT) e nos termos do artigo 3º § 3º da Lei nº 10.101/2000, que os pagamentos efetuados de acordo com o “caput” desta ACT relativos ao PPR prevalecem em relação aos valores eventualmente estipulados à título de PPR ou ABONOS que se utilizem das mesmas metas em CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - CCT que abranja esta categoria profissional no âmbito de representação do SINDICATO de classe acordante, NÃO sendo devido nenhum pagamento adicional oriundo de CCT a estes títulos e estipulado neste ACORDO em tempo algum.

CLAUSULA TERCEIRA: DA NÃO INCIDÊNCIA DE ENCARGOS DO PPR

A participação de que trata este ACT não substitui ou complementa a remuneração devida a qualquer empregado nos termos do artigo 3º da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, e atualizações previstas na Lei nº 12.832, de 2013, não constitui base de incidência de qualquer encargo trabalhista ou previdenciário.

Os valores a serem pagos, a título de PPR, por se tratar de tributação exclusiva, estarão sujeitos ao imposto de renda, em separado dos demais rendimentos e não integrará a base de cálculo do imposto devido pelo beneficiário na Declaração de Ajuste Anual.

CLAUSULA QUARTA: DA META - ANO DE 2018

Os valores referentes a participação nos resultados acima especificados serão calculados com base na assiduidade do empregado; meta estabelecida em função de estudos prévios promovidos pelas partes, sendo a assiduidade item diretamente relacionado à produtividade e qualidade na radiodifusão, que tem se mostrado eficaz em Convenções celebradas anteriormente, meta esta, já conhecida por todos os profissionais abrangidos por esta categoria sindical, uma vez permanece os mesmos critérios estabelecidos nas CCTs anteriores, assim as partes fixam seu entendimento como meta a assiduidade do empregado.

Assim, para fazer jus ao pagamento previsto no caput o empregado deverá exercer sua atividade com qualidade, produtividade e regularidade, não podendo se ausentar

